

DA ESCRITA AO PODER: A FORÇA DA LITERATURA COMO FUNDAMENTO POLÍTICO

FROM WRITTING TO POWER: THE POTENCY OF LITERATURE AS A POLITICAL BASIS

Gabriela Silva Fabretti ¹
Jonas Magalhães Lopes ²
Vera Lucia Vieira ³

RESUMO: A partir de narrativas, personagens e dilemas, a Literatura reforçou e subverteu mecanismos de dominação e poder. O presente trabalho tem como intuito debater sobre a capacidade de construção da Literatura como instrumento de poder a partir de suas influências sobre as visões políticas e culturais ao longo da História, com destaque para a modernidade ilustrada a partir do século XVIII.

PALAVRAS-CHAVE: Literatura; Poder; Escrita; Modernidade; Identidade.

ABSTRACT: Literature has reinforced and subverted mechanisms of domination and power through narratives, characters, and political dilemmas. This paper aims to discuss Literature's capacity to establish itself as an instrument of power, based on its influence and cultural views throughout History, with emphasis on Enlightenment modernity from the 18th century onward.

KEYWORDS: Literature; Power; Writing; Modern Age; Identity.



10.23925/2176-4174.36.2025e72792

Recebido em: 31/07/25.

Aprovado em: 07/08/25.

Publicado em: 07/08/25.

¹ Mestranda em História Social (PUC-SP). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orcid: <https://orcid.org/0009-0001-3897-5706> Email: gabrielafabretti@uol.com.br

² Mestrando em História Social (PUC-SP) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2699-8601> Email: Jonas-m-l@live.com

³ Doutorado em História (PUC-SP). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2117-4846> Email: vieiraveralucia2012@gmail.com

Introdução

De inesgotável discussão, a Literatura tem suscitado no debate histórico contínuos debates a respeito da admissão dos infinitos trabalhos atemporais de literatos como fontes para compreensão não só de nossos tempos históricos, mas dos pensamentos que construíram homens e mulheres presos a suas épocas. Trabalhar com o advento da Literatura é uma descida aos espectros que compuseram experiências humanas fundamentalmente atadas à preceitos de determinados períodos.

“Nunca me preocupou a ideia de que a literatura nos afastasse da experiência, porque, para mim, as coisas acontecem ao revés: a literatura constrói a experiência”⁴.

Com o advento da modernidade, a Literatura assume cada vez mais um papel fundamental na difusão dos pensamentos que irão moldar os movimentos filosóficas, culturais e políticos de cada época. A partir do século XVIII, a razão é elevada ao mais importante patamar do âmbito humano pelas vozes do esclarecimento ilustrado – *Aufklärung* para os alemães; *Lumières*, aos franceses; *Enlightenment*, nos termos ingleses; ou Iluminismo, à certas traduções ao português. Gradualmente, literatos passam a perceber na Literatura uma fonte inesgotável de poder para difusão dos ideais liberais propagados pelas Luzes.

Certamente, em épocas anteriores, a Literatura já vinha sendo usada como ferramenta para propagação de ideais, assim como tecer críticas aos sistemas vigentes; contudo, a partir de meados do século XVIII, com as rachaduras operadas no cerne no Antigo Regime e o nascimento de uma modernidade pautada pelos ideais de liberdade, veículos de difusão de pensamento ganharam a soltura necessária para que pudessem assaltar, de uma vez por todas, as opiniões e aos desejos de uma sociedade cada vez mais pautada pela individualidade.

“No início dos anos de 1780, Schiller denomina seu tempo como *o século com nódoa de tinta*. Vinte anos mais tarde, quando surge a geração romântica, tal diagnóstico ainda não se alterou em nada. Pelo contrário: lê-se e escreve-se mais do que nunca. A valorização da literatura, seu significado para a vida, aumenta sensivelmente mais uma vez. O surgimento do

⁴ PIGLIA, Ricardo (2019) *apud* PINTO, Júlio Pimentel. Sobre literatura e história: Como a ficção constrói a experiência. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2025, p. 7.

Romantismo está marcado por essa era de ávidos pela leitura e escritores ferrenhos⁵.

Na alvorada do século XIX, a partir da elaboração e estruturação da estética do movimento romântico, a Literatura atinge o ápice de sua produção e ingressa, de uma vez por todas, no âmago das sociedades embarcadas no carro da modernidade. Acreditando estarem diante de uma crise de consciência amplamente sentida pela falência dos ideais revolucionários propagados pelas revoluções que estouraram a partir da segunda metade do século XVIII, os sentimentos de revolta e melancolia impregnaram artistas das mais variadas correntes – da literatura a música – que se armaram não mais a partir da razão e sim das sensações causadas pelas turvas de experiências possíveis de serem relatadas a partir da literatura. Mulheres e homens mergulham no melancólico oceano romântico; nas mais turvas e profundas águas do *mal du siècle* – mal do século.

“Um sentimento de mal-estar inexpressível começou, então, a fermentar em todos os corações jovens. Condenados ao repouso pelos soberanos do mundo, entregues a todo tipo de arrogantes, ao ócio e ao tédio, os jovens viam se afastar as vagas escumantes contra as quais haviam preparado seus braços. Todos esses gladiadores untados de óleo sentiam no fundo de sua alma uma insuportável miséria. Os mais tornaram-se libertinos; os de fortuna medíocre arruaram um emprego e contentaram-se ou com a justiça, ou com a espada; os mais pobres lançaram-se ao frio entusiasmo, às grandes palavras, ao horrível mar da ação sem objetivo”⁶.

A partir das transformações engendradas pela modernidade e pelas novas sensibilidades engendradas na sociedade, o presente artigo convida a indagação a respeito de como a Literatura se investiu de poder e tornou-se não só instrumento da arte das belas-letras mas como mecanismo de manutenção do poder a partir do uso da instrumentalização da linguagem. Dentro do novo olhar sobre a realidade, os movimentos desenvolvidos a partir do século XIX atrelaram em suas características fundamentais a percepção de um tempo histórico em continua construção, tanto o passado, quanto o presente, estariam em movimentação e não fixos; consequentemente, a própria Literatura seria uma forma de perceber os desdobramentos de um tempo. Pois, se a “(...) sabedoria não torna ninguém mais

⁵ SAFRANSKI, Rüdiger. *Romantismo: Uma questão alemã* / Rüdiger Safranski; tradução Rita Rios. – São Paulo: Estação Liberdade, 2010, pág. 47.

⁶ MUSSET, Alfred de. *A confissão de um filho do século* / Alfred de Musset; tradução Maria Idalina Ferreira Lopes. – Barueri, SP: Amarilys, 2016, pág. 23.

alegre”⁷, pelo menos a Literatura deu aos que se debruçam sobre as questões do tempo passado – e, consequentemente, presente – uma possibilidade de analisar as convulsões que assolaram nossas experiências.

“Por meio, contudo, dos diversos episódios que revelam a onipresença maciça do patriotismo no *piccolo mondo* do balneário ligúrio, o narrador de Thomas Mann aponta, à maneira de um sismógrafo, para os desdobramentos que se delineavam no horizonte histórico: logo a Itália de Mussolini, que já ‘fala grosso’ no hotel e na praia de Torre de Vinere, também estará ‘falando grosso’ no cenário mundial, como entre nós glosou paródicamente Manuel Bandeira em seu ‘Rondó dos cavalinhos’, de 1936, e o caminho estará franqueado para, da ‘nacionalidade’, passar-se à ‘bestialidade’ (...)”⁸.

Afinal, se não há na Literatura tal poder e condição para operar mudanças, críticas e alertas; se é a Literatura desprovida da possibilidade de ingressar nos grandes salões da historiografia, como pode-se explicar a capacidade que autores tiveram ao longo de gerações de não só explicar certas agendas de seu tempo, como de profetizar urgências que estouraram diante de nossos olhos.

Os meandros do poder

De infinita possibilidade conceitual e semântica, o *poder* pode ser compreendido ao longo da história como um instrumento utilizado para atender às demandas das urgências do homem e de suas aplacáveis necessidades de conservar – ou corromper – as condições de seu tempo segundo suas exigências.

Trazendo para o debate um dos maiores governantes do ímpeto humano e fonte de força quase transcendental, o *medo* permeou – e ainda permeia – quase toda a nossa existência diante do desconhecido; e, nesta força, percebe-se um crasso exemplo do *poder*. Do misticismo à ciência, o medo — instinto natural e animalesco — impulsionou a humanidade a assimilar e desvendar o caos da realidade em sua incessante busca por compreensão. Mesclado à mitologia, o nascimento da ciência deu-se na interseção entre o mágico e aquilo que descreveríamos como verdadeiro para compreensão da realidade. O medo foi, e ainda é, um entremeio entre o momento

⁷ SCLiar, Moacyr. *A mulher que escreveu a Bíblia* / Moacyr Scliar. – São Paulo: Companhia das Letras, 2007, pág. 120.

⁸ MANN, Thomas. *Mário e o mágico: Uma experiência trágica de viagem* / Thomas Mann; tradução José Marcos Macedo e posfácio de Marcus Vinícius Mazzari. – 1^a ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2023, pág. 73.

do temor e da resolução. Segundo Jean Delumeau, nossas coletividades e civilizações estão comprometidas “(...) num diálogo permanente com o medo”⁹. Um componente inerente e imanente da experiência humana.

“(...) é uma defesa essencial, uma garantia contra os perigos, um reflexo indispensável que permite ao organismo escapar provisoriamente à morte. ‘Sem medo nenhuma espécie teria sobrevivido. Mas, se ultrapassa uma dose suportável, ele se torna patológico e cria bloqueios’¹⁰.

A partir do estabelecimento da sociedade de classes na conturbada alvorada da modernidade, temores por subversões e levantes capazes de inverter as hierarquias sociais – essencialmente voláteis às convulsões sociais – ganharam cada vez mais espaço nos altos de nossas pirâmides sociais. Mesmo que não houvesse fácil circulação entre as classes, houve ainda sim a percepção de que esta nova sociedade seria muito mais maleável do que a antiga ordem estamental que já estava posta. Profundamente inquietas, as massas que compunham o “povo anônimo”¹¹ entraram para o hall das preocupações das elites e dos governantes. Na visão de Delumeau, o aparecimento de uma classe de indigentes nos grandes centros urbanos ajudou a construir, ainda mais, a ideia de que estes homens e mulheres errantes que “moram em toda parte”¹², estariam imediatamente vinculados às sedições. Cria-se um medo para garantir a hierarquia.

“Para compreender o Grande Medo, era preciso lembrar (...) Se, na época, todo mundo acreditou nos salteadores, é que se tinha, com ou sem razão, o hábito de temê-los. Mas em 1789, por causa de uma vacância sem precedentes do poder, esse medo ancestral ganhou extraordinárias dimensões (...)”¹³.

Aos nascentes Estados-modernos o medo tornou-se instrumento e ferramenta necessária ao monarca.

“Mas continuo a crer que, se tivesse encontrado entre seus adversários um homem de caráter e probidade, Bonaparte teria parado diante desse obstáculo. Seu grande talento é assustar os fracos e tirar proveito dos

⁹ DELUMEAU, Jean. *História do medo no ocidente (1300 – 1800): uma cidade sitiada* / Jean Delumeau; tradução Maria Lucia Machado; tradução de notas Heloísa Jahn. – São Paulo : Companhia das Letras, 2009, pág 12.

¹⁰ *Ibidem*, pág. 24.

¹¹ *Ibidem*, pág. 293.

¹² *Ibidem*, pág. 295.

¹³ *Ibidem*, pág. 299.

homens imorais. Quando ele encontra a honestidade em algum lugar, dir-se-ia que seus artifícios ficam desconcertados, como as conjurações do demônio pelo sinal da cruz”¹⁴.

Há no medo uma fonte única de poder, pois não havendo a possibilidade de ser amado, pode-se usufruir do temor que “(...) é mantido pelo medo da punição, o qual não esmorece nunca”¹⁵.

“Daí nasce uma controvérsia, qual seja: se é melhor ser amado ou temido. Pode-se responder que todos gostariam de ser ambas as coisas; porém, com é difícil conciliá-las, é bem mais seguro ser temido que amado (...) Porque, de modo geral, pode-se dizer que os homens são ingratos, volúveis, fingidos e dissimulados, avessos ao perigo, ávidos de ganhos; assim, enquanto o príncipe agir com benevolência, eles se doarão inteiros, lhe oferecerão o próprio sangue (...), mas só nos períodos de bonança (...) entretanto, quando surgirem as dificuldades, eles passarão à revolta, e o príncipe que confiar inteiramente na palavra deles se arruinará ao ver-se despreparado (...)”¹⁶.

Mas, certamente, o medo não é tudo.

Outras urgências foram surgindo ao longo da passagem humana pelo tempo para legitimar demandas e necessidades através da força conceituada como *poder*. Walter Benjamin, por exemplo, ensaia em 1921 uma contundente crítica ao uso da violência como forma de poder, pois “(...) a violência só pode ser procurada no âmbito dos meios, e não dos fins”¹⁷; ou seja: o poder¹⁸ ilustra-se a partir de formas que podem, ou não, tornarem-se objetos. Assim como a *violência*, o *poder* incorre por entre os meandros que julgamos justos ou injustos – nossas forças são condicionadas, socialmente, a estímulos morais frequentemente revistados e transformados.

¹⁴ “Mais je crois toujours que, s'il avait eu parmi ses adversaires un homme de caractère autant que de probité, Bonaparte se serait arrêté devant cet obstacle. Son grand talent est d'effrayer les faibles, et de tirer parti des hommes immoraux. Quand il rencontre l'honnêteté quelque part, on dirait que ses artifices sont déconcertés, comme les conjurations du démon par le signe de la croix”. STAËL-HOLSTEIN, Germaine de. *Dix Années d'Exil / Germaine de Staël-Holstein. La Renaissance du Livre* – 2º ed. – Jean Gillequin & Cie. Éditeurs, Place Saint-Michael, Paris, 1904, pág. 27, tradução nossa.

¹⁵ MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe* / Nicolau Maquiavel; tradução de Maurício Santana Dias; prefácio de Fernando Henrique Cardoso; tradução dos apêndices de Luiz A. de Araujo; revisão de Ana Maria Barbosa e Huendel Viana. – São Paulo : Penguin classics Companhia das Letras, 2010, pág. 85.

¹⁶ *Ibidem*, pág. 84.

¹⁷ BENJAMIN, Walter. *O anjo da história* / Walter Benjamin ; organização e tradução de João Barrento. – 2ª ed.; 5. reimp. – Belo Horizonte : Autentica, 2022, pág. 59.

¹⁸ No ensaio *Sobre a crítica do poder como violência* traduzido pela editora Autêntica, há uma nota onde alerta-se sobre o uso polissêmico do termo *Gewalt*, “cujas valências semânticas muitas vezes são intercambiáveis”. Logo, violência e poder tornam-se palavras debruçadas uma sobre a outra.

Inseridos nas múltiplas esferas produzidas, primeiro pelos Estados-modernos e depois pelos Estados-nacionais, as nuances do poder poderiam ser percebidas, e estruturadas, a partir das concepções de Georges Balandier. Em *O Poder em Cena* (1982), o antropólogo francês dividiu em quatro segmentos as formas de atuação do poder: *O Drama*, *A Confusão*, *O Inverso* e *A Tela*. Segundo ele, seriam as formas de construir, modernamente, o caminho comum por onde passaria toda a gerência das forças constitutivas do poder em uma sociedade – tanto por meio das instituições e dos que estivessem no papel de guardião do *status quo*, quanto pelos outros dedicados à corrupção destes valores. E, em cada época, à sua forma, muitos desses detratores estariam clementes em suas contestações por intermédio das belas-letras.

Nas tramas costuradas pelo uso do *poder*, as ações dos personagens sociais dão-se, em específico, ora pela subordinação, ora pela insubordinação do povo segundo efeitos do drama, da moral, da execução e da submissão segundo normas e conformidades que regem o tecido social. A partir do *Drama*, nota-se que “As manifestações do poder não se acomodam bem com a simplicidade (...)”¹⁹. Medo e violência transformam-se nos ingredientes necessários para a elevação dos atos de poder aos mais altos graus de intensidade onde a teatralização culmina no trágico.

“O poder utiliza, aliás, meios espetaculares para marcar sua entrada na história (comemorações), expor os valores que exalta (manifestações) e afirmar sua força (execuções). Este último aspecto é o mais dramático, não somente porque põe em ação a violência das instituições como porque também sanciona publicamente a transgressão dos interditos decretados como invioláveis pela sociedade e seu poder”²⁰.

A partir de *O Poder em Cena* o imaginário do homem é visto como uma maneira de informar ao governo sobre o real²¹; a ficção é colocada como agente para a compreensão – e a coerção – dos interesses tanto das políticas autoritárias, como das instâncias destinadas à sua contestação. Logo, o *poder* constrói-se não como uma via de mão única; é uma força entregue, atribuída, em diferentes níveis e estágios aos mais diversos alicerces que compõem nossa sociedade. É gerado a partir do desenvolvimento de específicas produções que possuem, em si, objetivos e

¹⁹ *Ibidem*, pág. 10.

²⁰ *Ibidem*.

²¹ BALANDIER, Georges. *O Poder em Cena* / Georges Balandier; tradução de Luiz Tupy Caldas de Moura. – Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1982, pág. 12.

demandas específicas; é difundido para operar transformações ou manutenções tidas como necessárias tanto para derrubada, quanto para solidificação, de preceitos que podem servir como legitimação ou deslegitimação das exigências do presente.

O poder não opera unicamente pela coerção física ou pela imposição de normas sociais, mas age sobretudo na constituição dos sujeitos e da produção dos regimes de verdade, legitimando suas imposições e crenças. Sendo assim, a produção de conhecimento, especialmente a constituição das narrativas, definição de termos linguísticos e seus objetos de estudo estão profundamente atravessadas pelas relações de poder. O poder e os regimes de verdade, portanto, organizam o campo da possibilidade, o que pode ser pensado e escrito, isso implica em um saber que não é neutro nem universal, pelo contrário, assume uma posição específica que defende a ordem social definida em cada período histórico. É por meio do controle do saber que os discursos dominantes constroem e perpetuam narrativas de controle e exclusão, assumindo um papel estratégico no domínio da memória.

A literatura, nesse contexto, é apresentada como um campo de disputa simbólico do poder. Ao romper com a pretensão de universalidade, cria-se espaços para a produção escrita de outras perspectivas e gêneros narrativos, se afastando do discurso hegemônico. Destacando a escrita de si, o sujeito historicamente silenciando toma frente à narrativa, se inserindo como sujeito e narrador, subvertendo a estrutura hegemônica que o silenciou. Sendo assim, a literatura não apenas expõe novas perspectivas, mas intervém na produção de saber, ressignificando e questionando visões do passado e presente, além de abrir novas possibilidades para o futuro. Sendo assim, como já muito bem articulado por Antônio Cândido em *A literatura e a formação do homem* (1972) sobre a literatura: “Ela não corrompe nem edifica (...) humaniza em sentido profundo, porque faz viver.”²² Seria, como propôs Moacyr Scliar um ato que se bastava em si mesmo.

“O que eu via, no pergaminho, quando terminava o trabalho, era um mapa, como os mapas celestes que indicavam a posição das estrelas e planetas, posição essa que não resulta do acaso, mas da composição de misteriosas forças, as mesmas que, em escala menor, guiavam minha mão quando ela deixava seus sinais sobre o pergaminho. Tratava-se de poder, de um poder que eu aos poucos ia assumindo. Uma experiência embriagadora que não podia partilhar com ninguém (...).”²³

²² CANDIDO, Antonio. A literatura e a formação do homem. Ciência e Cultura, São Paulo, v. 24, n. 9, p. 803-809, set. 1972, pág 85.

²³ SCLIAR, op. Cit., 2007, pág. 32.

Portanto, escrever seria não só parte de uma experiência, mas alicerce para desenvolvimento e aplicação de um poder muito específico dado, principalmente, aos tocados e marcados por individuais e particulares sensibilidades.

Campos de disputa: a escrita de si, a linguagem e o subjetivo

Em tempos de instabilidade política a produção artística se manifesta em diferentes níveis de expressão como forma de enfrentar as dificuldades impostas pela realidade, seja em caráter de denúncia, exposição, aceitação ou (re)conquista da liberdade. A literatura nesse cenário emerge como uma forma de resistência e combate ao centro de poder, sendo capaz de tencionar as estruturas sociais e políticas e dar voz àqueles que foram renegados e silenciados pela dita “História oficial”. No artigo “*Os sons do silêncio: interpelações feministas decoloniais à história da historiografia*” (2018), Maria da Glória de Oliveira constrói uma crítica à essa História que se apresenta como neutra e objetiva, apontando que a tal “neutralidade” atua como um aparato do silenciamento epistêmico, apoiado pelas estruturas de poder, de grupos minoritários socialmente, como as mulheres e as populações negras e indígenas. Consequentemente, esses grupos buscam na literatura, entre outras vias, uma maneira de se libertar não apenas das amarras sociais, mas também das discriminações internas que foram estruturalmente constituídas dentro da compreensão de si.

O uso da escrita como forma de libertação de si e das amarras sociais se dá não apenas como expressão estética, mas também como prática subjetiva e política. Dentro dessa perspectiva, a linguagem não é um artifício neutro, mas sim a maneira pela qual há a manifestação dos valores culturais, sociais e políticos de uma determinada sociedade em determinado recorte temporal. Exemplo empírico nítido do papel social da linguagem pode ser analisado a partir do contexto estadunidense, com o chamado “*Broken English*”, uma variação linguística da língua inglesa que surge entre povos africanos em diáspora e afrodescendentes que residem na América como forma de resistência e identificação social. Apesar de suas críticas e estigmatização, o *Broken English* (ou Inglês Quebrado, se traduzido ao pé da letra), é fortemente defendido por seus locutores, justamente por ser símbolo de resistência contra a cultura dominante e o racismo.

Com o fortalecimento do movimento social antirracista *BLM* (*Black Lives Matter*²⁴) na década de 2020, o Broken English passou a ser mais prestigiado entre a população negra e seus aliados na luta contra o racismo, sendo compreendido como uma variação que foge às normas imperialistas e racistas. Definir o *Broken English* como uma linguagem incorreta e inválida é, além de reproduzir concepções racistas, perpetuar o prescritivismo linguístico. O prescritivismo, ou normativismo, pode ser compreendido como a imposição de normas arbitrárias de determinada língua, definindo que a língua-padrão seja a única forma correta de ser falada/escrita, o que recusa completamente as variações linguísticas e as transformações da linguagem de acordo com as necessidades sociais e regionais de cada comunidade.²⁵ O reconhecimento do Broken English como prática legítima de linguagem manifesta críticas às estruturas de poder que historicamente silenciaram variações linguísticas originadas de povos negros e indígenas, sendo mais que mera reivindicação individual ou identitária, mas sim, um alternativa de subverter à ordem imposta.

Tal como a linguagem, a escrita em si atua como símbolo político e espaço de disputa do poder. Nesse ínterim é fundamental destacar a distinção entre linguagem e escrita. A linguagem refere-se ao conjunto de símbolos ligados ao uso da fala e da escrita, é a maneira pela qual os seres humanos expressam suas ideias e convicções. Ao conceber a linguagem como um sistema de representação, Stuart Hall (2016) evidencia seu papel decisivo na construção da realidade social, compreendendo que os discursos linguísticos organizam a forma como pensamos, sentimos e nos relacionamos com o mundo. Dessa forma, reiteramos, a linguagem não é neutra, e está inserida nas relações de poder, sendo um instrumento pelo qual se estabelecem normas, categorias e fronteiras simbólicas. Seus significados são, portanto, continuamente disputados e a representação é um campo estratégico que permanece em disputa. Dessa maneira, é possível dizer que a linguagem participa ativamente na constituição simbólica do mundo e da realidade.

A escrita, por sua vez, é composta de materialidade, é ligada à memória, ao registro. O domínio da escrita ao longo dos séculos foi a maneira encontrada para selecionar quais fatos seriam lembrados e quais perspectivas iriam prevalecer, com

²⁴ “Vidas Negras Importam”, tradução nossa.

²⁵ PETTER, Margarida Maria Taddoni. Intolerância linguística e resistência: a questão do negro. Ffch diversitas. Disponível em <<https://diversitas.ffch.usp.br/intolerancia-linguistica-e-resistencia-questao-do-negro>> Acesso em: 14/11/2021.

isso, foi utilizada como recurso de exclusão de grupos não dominantes. A perda do monopólio da escrita pelos grupos dominantes com a democratização da alfabetização tornou possível a chamada “história vista de baixo”, que tem como objetivo principal investigar as experiências, práticas e visões de mundo de grupos que foram tradicionalmente silenciados ou excluídos da historiografia clássica. A “história vista de baixo” não se restringe a recuperar vozes esquecidas, mas sim em procurar compreender como esses grupos produzem e transmitem cultura, resistindo às imposições hegemônicas e criando formas alternativas de manutenção da memória.²⁶

“Suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade”²⁷.

Dentro do processo de reapropriação da escrita por sujeitos silenciados da “história oficial”, surge uma maneira particular de expressão política, social, e, sobretudo, subjetiva: a escrita centrada no “eu”. É dentro desse cenário que se insere a noção de “escrita de si”, conceito que remete tanto a uma prática de subjetivação quanto a uma forma literária situada na intersecção entre o íntimo, o histórico e o político.

A expressão “escrita de si”, associada a Michel Foucault (1983) em razão de seus estudos sobre as práticas de si na Antiguidade greco-romana, trata sobre um exercício de cuidado onde o sujeito escreve sobre si mesmo como forma de constituir-se eticamente. Neste artigo, a escrita de si será compreendida a partir da concepção de Philippe Lejeune (2014), por essa perspectiva, o termo condiz com um gênero literário, que se desdobra em subcategorias, como por exemplo a autobiografia.

A escrita de si como ato político dentro do campo literário se dá ao estabelecer a possibilidade dos sujeitos historicamente silenciados a inserirem suas experiências pessoais e coletivas na história, operando como contra-narrativa frente aos discursos dominantes, produtores dos regimes de verdade. Dessa maneira, o narrador de si é o

²⁶ BURKE, Peter. “Problemas da história cultural” in: *O que é história cultural?* Tradução de Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

²⁷ FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2012, pág 8-9.

novo produtor da narrativa, desloca-se da condição de objeto para a de sujeito e agente de sua própria história, subvertendo o monopólio da “história oficial” e afirmando suas subjetividades como partes integrantes e dignas da narrativa construtora da memória.

Os relatos de si, portanto, não apenas recuperam olhares da realidade silenciados, mas principalmente funda novas maneiras de narrar, pensar e existir no mundo. Ao inserir as vivências de novos sujeitos dissidentes na História e no mundo literário é rompido o paradigma de verdade e universalidade atrelados à Ordem dominante e suas normas. A subjetividade presente nesse tipo de narrativa é indispensável ao pensar sobre a constituição do sujeito, sendo a escrita um instrumento de construção simbólica do “eu”. Nesse sentido, Carl Gustav Jung (1957) em sua obra *O si-mesmo oculto* interpreta o processo de individuação como uma jornada que busca o autoconhecimento, na qual por meio de símbolos o sujeito alcança os conteúdos de seu inconsciente. Dessa maneira, a literatura, mais especificamente a escrita de si, pode ser compreendida como parte do processo de articulação da consciência e subjetividade, já que explicita o que está oculto no sujeito e aplica à sua visão e compreensão de mundo.

O deslocamento dos sujeitos de meros objetos de estudo para agentes históricos de própria enunciação fundamenta narrativas que constroem e revelam suas próprias identidades como indivíduos e como grupo social. Tal processo de subjetivação da escrita coloca em suspenso as ideias construídas de verdade e memória pelos polos de poder. Desse modo, é impraticável não abordar sobre os regimes de verdade, que, enquanto sistemas, produzem e propagam determinadas formas de compreensão do mundo sincronicamente na medida em que excluem ou silenciam outras narrativas, disputando politicamente o campo da memória.

O conceito de “regimes de verdade” foi apresentado por Foucault (1996) como uma maneira de compreender a maneira pela qual determinadas épocas definiam suas verdades. Isso significa que cada período histórico possui sua própria definição de verdade, não é um conceito universal e fixo. Daniele Lorenzini (2016) defende: “A verdade não está inscrita no coração da realidade como um atributo essencial e original que simplesmente precisamos descobrir; ao contrário, é sempre produzida em

relação a uma realidade específica”²⁸. A prática da escrita de si emerge como manifestação de enfrentamento ao discurso hegemônico de cada período histórico, principalmente quando produzido por aqueles que foram sistematicamente silenciados. Trata-se, portanto, de uma prática que rompe com os regimes de verdade, desloca o foco narrativo para o polo silenciado, reivindicando a produção histórica e tomando a literatura como ato político.

Foro íntimo: a zona segura do poder individual

Afinal, “(...) é sabido que o poder separa, isola, fecha”²⁹. Que os Reis e Rainhas são feitos³⁰. Personas criadas para engendrar e responsabilizar os usos cordiais do poder; mas essa força, como já levantado, não é particular aos que detêm o controle – na realidade, é um desejo dos que pretendem se preservar no centro do poder, que este não vaze ou toque nas esferas menores – surge o medo. O poder é vestido. Apenas os grandes heróis ou salvadores podem irromper e assumir o poder sem que haja uma preparação. Um condicionamento.

Dentro dos usos da literatura como fruto do poder, Anne Louise Germaine Necker de Staël é perfeito exemplo daquelas escritoras que conseguiram utilizar-se da escrita para contestar e sobreviver aos mandos e desmandos de seu tempo. Nascida em 22 de abril de 1766 em Paris, filha de dois célebres e proeminentes personagens da história francesa: Jacques Necker (1732 – 1804), importante banqueiro genebrino e Ministro das Finanças de Luís XVI, enquanto este ainda encabeçava o reino, em 1766, 1768 e 1789; Suzane Curchod (1737 – 1794), escritora e dona de um dos maiores e mais bem frequentados salões literários de Paris. Casou-se em 1789 com o diploma sueco, Barão Eric de Staël-Holstein – tal casamento lhe conferiu além do direito à aristocracia, como o título que carregou por toda sua vida – e pós-vida: Madame de Staël.

Viu, tão logo foi lançada ao exílio e perseguida pelos interesses de Napoleão em decorrência a sua escrita profundamente liberal e politizada, a superficialidade e a farsa na figura do imperador. Para ela, Napoleão não foi produzido, tão pouco sua realeza trilhou o caminho necessário percorrido pelas demais monarquias ao longo da

²⁸LORENZINI, Daniele. Foucault, regimes de verdade e a construção do sujeito. *Cadernos de Ética e Filosofia Política*, São Paulo, Brasil, v. 2, n. 37, p. 192–204, 2020, pág 195.

²⁹ *Ibidem*, pág. 16.

³⁰ *Ibidem*.

história. Não se vestiu segundo antigos e tradicionais dogmas. O Imperador Napoleão não foi feito, ele próprio se fez.

“Napoleão encontrava-se na obrigação de transitar pelo bem com intuito de atingir o mal; era imposto que aumentasse as forças da França para previamente utilizá-las em prol de sua ambição particular”³¹.

Contemporânea a desfiguração dos ideais ilustrados em favor do *ethos* romântico, Staël presenciou a tomada de força do romance encarnado na literatura do Romantismo como parte da estética do próprio movimento.

“Tal teoria do romance teria de ser ela mesma um romance, que restituísse fantasticamente cada tonalidade eterna da fantasia, emaranhando mais uma vez o caos do mundo da cavalaria. Ali os seres antigos viveriam sob novas figuras; ali, a sombra sagrada de Dante se reergueria de seu mundo subterrâneo, Laura passearia celestialmente diante de nós, Shakespeare e Cervantes entabulariam conversas íntimas – e Sancho poderia novamente gracejar com Dom Quixote”³².

Atados a representações de suas épocas, os literatos acabaram por encenar em seus escritos diferentes apontamentos e manifestações de suas experiências. Ainda exemplificando o caso da Baronesa de Staël que se proveu de um *romantisme de la raison*³³, nota-se uma narrativa romanesca “(...) capaz de tocar em profundidade o foro íntimo em razão do efeito dramático da arte, afirma Staël”³⁴.

Ao acessar o *foro íntimo*, escritores – e artistas das mais variadas artes – recorriam a encenações do real a partir de suas particularidades para tocar, por meio de suas capacidades imaginativas, os “meandros mais recônditos do coração”³⁵ humano. Por *foro íntimo*, entende-se o que Maria Stella Bresciani magistralmente aponta como um “tribunal interno e secreto”³⁶ onde nossa consciência é capaz de se resguardar dos arroubos de violência cometidos pelo mundo externo – ajuizada,

³¹ “Napoléon était obligé de passer par le bien pour arriver au mal; il fallait qu'il accrût les forces de la France, avant de s'en servir pour son ambition personale” STAËL, *op. Cít.*, 1904, pág. 29, tradução nossa.

³² SCHLEGEL, Friedrich. *Conversa sobre poesia*, de Friedrich Schlegel / Fragmentos da Athenäum, de August Wilhelm Schlegel / Friedrich Schlegel, August Wilhelm Schlegel; tradução, apresentação e notas por Constantino Luz de Medeiros. – Belo Horizonte: Relicário, 2020, pág. 87.

³³ <https://agauche.org/2019/10/23/de-lallemagne-1813-par-madame-de-stael-un-romantisme-de-la-raison/>

³⁴ *Razão e paixão na política* / Jacy A. Seixas, Maria Stella Bresciani e Marion Brepolh (organizadores). – Brasília : Editora Universidade de Brasília, 2002, pág. 42.

³⁵ *Ibidem*, pág. 33.

³⁶ *Ibidem*, pág. 31.

também, por experiências e nuances muito particulares. Fortaleza contra excessos que são incapazes de penetrar as fortalezas construídas sobre os saberes que acumulamos pela passagem do tempo em nossa tão humana alma. Individualizado, neste reino, o pensamento moderno aflorou-se em um espaço aberto à educação³⁷ potencialmente inclinado a contestar, protestar e se revoltar contra as nobres e aristocráticas classes da elite.

Graças a sua profunda capacidade difusora, a literatura pôde ser compreendida, então, como uma verdadeira fonte de poder. Advogada pelo júri do *foro íntimo*, percebido por exemplos como de Germaine Necker de Staël. Organizando e instrumentalizando a escrita impressa, livros se tornaram adventos de um poder único capaz de ser acessado pelas tramas de mulheres e homens imersos na vocação da escrita – onde muitos se perderam, afogados, sem o talento da possibilidade de navegar por entre o oceano semântico imanente a qualquer língua; por outro lado, legiões de messias andaram por sobre o mar da capacidade literária. Uma faculdade singularizada detentora da chave de acesso aos infinitos *foros íntimos*.

Na interseção entre escrita, experiência, memória e ficção, as evidências levantadas pela Literatura operaram mudanças tão profundas que deram, então, a força do poder ao ato de escrever.

A Literatura investiu-se de poder.

Entre o real e a ficção

Ao debatermos sobre a importância de alocar a Literatura no âmbito de um poder é possível, também, localizar temporalmente a confluência entre o real e a ficção – entre a Literatura e a História. Ao defrontarmo-nos com as faces do poder, nas mais variadas origens, aprofunda-se a compreensão a cerca das muitas desordens que assolam as experiências humanas.

É fundamental que indaguemos o valor da ficção, ou melhor, da Literatura diante do processo de criação da historiografia. Sendo a escrita um poder democrático, o trabalho do escritor é parte de uma experiência “(...) de referência ao real e, simultaneamente, de distanciamento e estranhamento em relação a ele”³⁸. Permite-se que o leitor, aquele que experimenta o produto da Literatura, se

³⁷ *Ibidem*, pág. 32.

³⁸ PINTO, op. Cit., 2024, pág. 17.

reaproxime do real de forma mediada, mas sempre relativizado pelo caráter heterogêneo da leitura: “(...) porque a leitura jamais é una, jamais é fixa”³⁹. Fator essencial a essa movimentação, é a afirmação da constante disputa de narrativas que perpassam os séculos. Pois, “(...) nem os mortos estarão seguros se o inimigo vencer”⁴⁰. Uma constatação, inclusive, perene e muito anterior às aflições de Walter Benjamin.

“Talvez também se tenha envaidecido de ferir, em mim, a memória de meu pai – dizendo, com clareza cruel, que nesta terra, sob seu domínio, nem os mortos nem os vivos, tão pouco a piedade ou os encantos se quer os espíritos ou a fama tinham qualquer valor”⁴¹.

Ao captar as estranhezas da sociedade, os agentes da literatura tornam-se empregados a desafiar a ordem e tomar para si o poder que não reside apenas nos que determinam a conservação do status. Com o encurtamento do mundo a partir das invenções modernas, os que estavam de fora da sociedade, passaram a ameaçar e desafiar os que estavam do lado de dentro, tornando-se muito mais notáveis do que jamais haviam sido na história humana. Pensar o lugar de interseção entre a Literatura e a História é parte da construção de entremeios de codificação não só da ficção, mas do real. No mergulho ao imagético e ao pensar, pode-se chegar com maior clareza ao que se passa, e se passou, na profundidade íntima de indivíduos atados aos seus tempos históricos. Ao narrar a história da escola dos Annales, Guy Bourdé remonta um Lucien Febvre que se “(...) recusa a conceber a história como registro de uma sequência de acontecimentos unicamente a partir dos documentos escritos”⁴². Assim a limitação da transcrição do passado intermediado apenas pelo que se diz, objetivamente, no texto é uma recusa direta ao pressuposto de Febvre de reconstruir o passado através do diálogo de toda uma “gama de disciplinas convergentes”⁴³.

Ao alinhar poder e escrita, a Literatura e a História tornam-se uma procura por religar mulheres e homens aos eventos de seus devidos tempos. Tal capacidade ao

³⁹ *Ibidem*.

⁴⁰ BENJAMIN, Walter. *O anjo da história* / Walter Benjamin; organização e tradução João Barrento. – 2^a ed.; 5^a reimp. – Belo Horizonte: Autênciа, 2022, pág. 12.

⁴¹ “Peut-être s'est-il aussi flatté d'attaquer le souvenir de mon père dans as fille, afin qu'il fût bien dit que sur cette terre, ni les morts ni les vivants, ni la piété ni les charmes, ni l'esprit ni la célébrité, n'étaient de rien sous son règne” STAËL, *op. Cit.*, 1904, pág. 104, tradução nossa.

⁴² BOURDÉ, Guy. *As escolas históricas* / Guy Bourdé e Hervé Martin em colaboração com Pascal Balmand; tradução Fernando Scheibe. – 1^a ed.; 1^a reimp. – Belo Horizonte: Autênciа, 2021, pág. 203.

⁴³ *Ibidem*.

promover, incutir e difundir debates, dá aos que se dedicam a escrita uma capacidade única dentro do espectro social que, de tempos em tempos, pode vir a tornar-se perigosa não só para os que demandam as mudanças, mas para os que se pretendem conservar no poder. Tanto ao literato, quanto ao historiador, a escrita investida de poder é a capacidade máxima de suas ciências. Uma capacidade, contudo, eficaz em engendrar mudanças profundas nos alicerces da sociedade.

“São dois gêneros narrativos que não se confundem, *não se anulam* e têm, claro está, necessidade um do outro. Nenhum dos dois deve engolir o outro. Nenhum tem preeminência em relação ao outro. Inútil insistir sobre a necessidade da literatura, evidente e sem desvio. Da história, é preciso dizer o quanto seu relato é indispensável, pois nenhuma sociedade pode prescindir de seu estatuto de veridicidade e dos protocolos de pesquisa que asseguram sua coerência, sua fiabilidade, sua ética”⁴⁴.

Logo, ao construir diferentes camadas em seus textos, literatos concedem a suas obras uma série de engrenagens que servem não só para persuadir, mas para alertar sobre incongruências de seu presente. A partir de infinitas condições, grupos como exilados, homoafetivos, perseguidos políticos e mulheres tiveram suas percepções do mundo carregadas não só por suas individualidades perante a sociedade, mas por seus textos. A ficção e a realidade, a Literatura e a História, casaram-se por meio de uma união onde o poder e a força são manuseados não só pelo vencedor, mas pelo vencido que se recusa ao silêncio.

Considerações finais

Diante das reflexões propostas nesse trabalho, é possível compreender as maneiras de atuação da Literatura nos espaços de produção de sentidos e de disputa simbólica de narrativas e poder. Dessa maneira, ao longo da discussão, buscamos refletir sobre o papel da literatura como dispositivo de poder e sua intervenção nos modos de produção do saber, nas subjetividades constituintes dos indivíduos e nas formas de percepção e compreensão do mundo.

O poder está engendrado na produção e divulgação do conhecimento, atuando conforme as normas sociais que selecionam o que pode ser pensado, dito e legitimado, ou seja, não se manifesta apenas pela coerção física e repressão direta, mas também, pela intelectualidade e subjetividade. A escrita literária, nesse sentido,

⁴⁴ *Ibidem*, pág. 68, grifo nosso.

apresenta-se como ato político que rompe com a hegemonia discursiva do saber de grupos dominantes, abrindo margem para a expressão estética e política dos demais indivíduos que não integram os centros de poder. Assim, abordando mais especificamente sobre a escrita de si, os indivíduos assumem local de sujeitos epistêmicos, produtores e divulgadores de conhecimento e sentido.

Ao propor um olhar sobre a escrita e a literatura como práticas políticas, evidencia-se o uso da literatura como instrumento de elaboração e complexificação do real, sua atuação vai além do registro, pois inscreve, contesta e reinventa. O ato de narrar se inscreve como resistência, os sujeitos afirmam a legitimidade de duas existências, dores e, sobretudo, suas histórias. Dessa forma, a literatura atua como dispositivo simbólico de poder e emancipação.

A literatura como poder rompe os silêncios sistêmicos da História, afirma e participa do processo de construção e afirmação de identidades, e, essencialmente, apresenta e reinventa sentidos. A escrita literária articula o individual e o coletivo como prática política de disputa de memória, pertencimento e agência. Dessa forma, a literatura reafirma seu papel como instrumento não apenas de poder, mas sim de liberdade.

Referências bibliográficas

- BALANDIER, Georges. **O poder em cena**. Tradução de Luiz Tupy Caldas de Moura. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.
- BENJAMIN, Walter. **O anjo da história**. Organização e tradução de João Barrento. 2. ed., 5. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.
- BOURDÉ, Guy. **Problemas da história cultural**. In: BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Tradução de Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- BOURDÉ, Guy. **As escolas históricas**. Em colaboração com Pascal Balmand; tradução Fernando Scheibe. 1. ed., 1. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.
- CANDIDO, Antônio. **A literatura e a formação do homem**. Ciência e Cultura, São Paulo, v. 24, n. 9, p. 803-809, set. 1972.
- DELUMEAU, Jean. **História do medo no ocidente (1300 – 1800)**: uma cidade sitiada. Tradução de Maria Lucia Machado; tradução de notas Heloísa Jahn. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. 16. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1996.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2016.

LORENZINI, Daniele. **Foucault, regimes de verdade e a construção do sujeito**. Cadernos de Ética e Filosofia Política, São Paulo, Brasil, v. 2, n. 37, p. 192–204, 2020.

MANN, Thomas. **Mário e o mágico**: Uma experiência trágica de viagem. Tradução José Marcos Macedo e posfácio de Marcus Vinicius Mazzari. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O princípio**. Tradução de Maurício Santana Dias; prefácio de Fernando Henrique Cardoso; tradução dos apêndices de Luiz A. de Arauújo; revisão de Ana Maria Barbosa e Huendel Viana. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2010.

MUSSET, Alfred de. **A confissão de um filho do século**. Tradução Maria Idalina Ferreira Lopes. Barueri, SP: Amarilys, 2016.

PETTER, Margarida Maria Taddoni. **Intolerância linguística e resistência**: a questão do negro. Fflch diversitas. Disponível em: <https://diversitas.fflch.usp.br/intolerancia-linguistica-e-resistencia-questao-do-negro>. Acesso em: 14 nov. 2021.

PIGLIA, Ricardo. *apud* PINTO, Júlio Pimentel. **Sobre literatura e história**: Como a ficção constrói a experiência. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2025.

SAFRANSKI, Rüdiger. **Romantismo**: uma questão alemã. Tradução Rita Rios. São Paulo: Estação Liberdade, 2010.

SCHLEGEL, Friedrich. **Conversa sobre poesia, de Friedrich Schlegel / Fragmentos da Athenäum, de August Wilhelm Schlegel**. Tradução, apresentação e notas por Constantino Luz de Medeiros. Belo Horizonte: Relicário, 2020.

SCLIAR, Moacyr. **A mulher que escreveu a Bíblia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SEIXAS, Jacy A.; BRESCIANI, Maria Stella; BREPOHL, Marion (Org.). **Razão e paixão na política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

STAËL-HOLSTEIN, Germaine de. **Dix Années d'Exil**. 2. ed. Jean Gillequin & Cie. Éditeurs, Place Saint-Michael, Paris, 1904.